

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: Projeto de Lei Ordinária nº 08/2026

Autoria: Mesa Diretora

Ementa: *Altera a Lei Municipal nº 2.530, de 14 de setembro de 2023.*

I. PARECER

Consoante artigo 55 da Resolução nº 28, de 04 de dezembro de 2025 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçu/GO), a matéria analisada é de alçada dessa Comissão para elaboração do respectivo Parecer.

Observamos que o objetivo da matéria é ampliar o mecanismo digital de se promover a assinatura nos documentos digitais que são tramitados pela Câmara Municipal de Caçu.

Atualmente estava restrito à Chaves Públicas e Privadas da ICP Brasil, com a aprovação da matéria estará ampliado também para o sistema GOV.BR e por meio dos sistemas internos do processo legislativo e administrativo do Poder legislativo.

Sem dúvida alguma a matéria é legal e permite o uso de meios inclusive sem custos (GOV.BR), sendo claramente um avanço da norma.

Matéria típica de interesse local, conforme previsão do artigo 30 da Carta Magna.

Enxergamos ser a matéria justa e necessária. O texto e a redação da matéria obedecem às normas insculpidas na Lei Complementar Federal nº 95/98, de 26 de fevereiro de 1998, sendo que eventuais imperfeições podem e devem ser corrigidas na elaboração do respectivo autógrafo de lei.

Assim, forçoso reconhecer que a matéria é amplamente constitucional, legal, lógica, regimental, justa, jurídica e a técnica de redação é adequada ao fim colimado.

II. CONCLUSÃO

ISTO POSTO, é certo dizer que a matéria sob a apreciação é apropriada à aprovação e em razão disso a Comissão de Constituição, Justiça e Redação resolve exarar Parecer de forma **FAVORÁVEL à tramitação e aprovação** da matéria apresentada, por unanimidade de seus membros.

Este é o Parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, Estado de Goiás, aos 09 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ver. Cassiano Lemos de Souza
Relator